

Audiência Pública: Jornada de Trabalho e seus reflexos na saúde do militar estadual

Goiânia, 28 de maio de 2011, das 08:30 hs às 13:00 hrs.

Auditório Costa Lima, Assembléia Legislativa do Estado de Goiás.

Introdução:

Por iniciativa da Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Major Araújo (PRB), a Assembléia Legislativa realizou na manhã desta sexta-feira, 28, audiência pública para debater a jornada de trabalho e seus reflexos na saúde do militar estadual.

Segundo o Deputado Major Araújo: “Infelizmente a questão da jornada de trabalho é de competência exclusiva do Executivo, mas cabe a nós, como Poder Legislativo, promovermos a discussão e reunirmos as forças para que essas idéias se traduzam em providências, e isso acredito que conquistamos aqui. Demos o ponta pé para conquistar a limitação da jornada de trabalho dos militares”, disse o deputado.

Participantes:

- Mesa Diretiva:

Compôs a mesa, o Deputado Major Araújo, presidente; o deputado Mauro Rubem (PT), membro titular da Comissão de Segurança Pública; o Coronel Elói Bezerra de Castro, representando o comandante-geral da Polícia Militar Coronel Raimundo Nonato; o Capitão Wayne, representando o Secretário de Segurança Pública, João Furtado; o Subcomandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militares, Coronel Divino Aparecido de Melo, representando o Comandante-Geral da corporação, Coronel Carlos Helbingen Júnior; e o Superintendente Regional do Trabalho, Samuel Alves Silva, representando o ministro do Trabalho, Carlos Lupi.

- Convidados:

Foram convidados vários segmentos da sociedade civil e entes públicos, como as fundações e associações militares, os Comandantes Gerais

e de Batalhões tanto da Polícia Militar quanto dos Bombeiros Militares, assim como, toda a corporação dessas entidades .

Ademais, foram convidados os representantes do Poder Judiciário, na pessoa do Presidente do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, na pessoa do Procurador Geral de Justiça; do Tribunal de Contas do Estado; da Procuradoria Geral do Estado.

Desenvolvimento:

A Assembléia Legislativa, por meio da Comissão de Segurança Pública, realizou na manhã desta sexta-feira, 27, na Sala Solon Amaral, audiência pública que discutiu a jornada de trabalho e seus reflexos na saúde do militar estadual. O evento encerrou a programação sobre o tema que foi realizado também nos dias 25 e 26, dias em que foi realizado um Seminário.

O deputado Major Araújo (PRB), presidente da Comissão, se mostrou otimista pelos resultados obtidos nos três dias de atividades e fez um balanço com as principais colocações feitas pelos palestrantes nos seminários realizados por Diogo de Souza Freitas, professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e Ana Cláudia Moreira Cardoso, pós-doutoranda pela Universidade de Brasília (UnB).

O parlamentar destacou o caráter desumano da escala exigida, e alertou que do modo como está, pode gerar doenças para os militares e vêm causando a insatisfação de todos. O deputado disse ainda que, além da jornada de trabalho, é preciso negociar mudanças na formação, no acompanhamento da saúde mental, na administração dos recursos e em outros direitos dos militares.

Major Araújo alertou que da maneira como está hoje é inviável e impossível garantir a saúde destes trabalhadores. “São pessoas que exercem uma atividade de alto risco, colocando em jogo suas próprias vidas, portanto, merecem ter uma jornada de trabalho menor que lhes permitam recuperar, tanto fisicamente, como psicologicamente, do estresse sofrido durante a execução de seu ofício”.

“Esse excesso de trabalho e falta de cuidado gera inclusive prejuízos à sociedade tendo em vista que muitos de nossos militares pedem licença do trabalho por motivo de doença”, acrescentou.

O Deputado Major Araújo, presidente da mesa, após as considerações iniciais passou a palavra ao representante do Secretário da Segurança Pública, Capitão Wayne. O mesmo ressaltou que o órgão está aberto à discussão sobre a jornada de trabalho do policial militar. "As portas da secretaria estão abertas a essa discussão. Queremos ter em mãos o relatório final, porque estamos preocupados com o futuro da saúde dos policiais e bombeiros militares." Indagou ainda se existe um estudo específico sobre a expectativa de vida dos militares. Quer saber se também está aumentando como a expectativa de vida do brasileiro em geral. Ao final, reforçou que a Secretaria quer recepcionar o relatório e dar continuidade ao concluído.

O Deputado Major Araújo, como forma de auxiliar o debate, fez menção a um relatório, no qual concluiu que o militar tem dedicação exclusiva. Dessa forma, a partir dessa consideração, haveria o impedimento de hora extra para o militar, assim como, a dedicação exclusiva não é sinônimo de horas ilimitadas.

Após, o Deputado Major Araújo passou a palavra ao Cel. Elói Bezerra de Castro, Comandante da Saúde da Polícia Militar de Goiás e diretor presidente da Fundação Tiradentes, representante do Comandante Geral da Polícia Militar. Primeiramente, o Coronel enalteceu os profissionais de saúde da Polícia Militar presentes na audiência, apresentando nominalmente cada um. Após apresentou um vídeo, o qual narrava a estrutura e as atribuições da Seção Médica da Polícia Militar. Preferiu não determinar, ainda, o que seria uma jornada excessiva. "Ainda não temos um padrão nacional ou internacional que designa o que é uma jornada de trabalho excessiva. Estamos aqui para debater esse assunto de forma democrática para que possamos chegar a um consenso e até apresentar um projeto. A discussão do que se deve melhorar é uma luta constante", disse o Coronel. Acrescentou à discussão dois temas: droga e dedicação exclusiva. Em relação ao primeiro, sugeriu ao deputado Major Araújo (PRB) que se crie um projeto de Lei para a realização de exame

toxicológico nos policiais militares. "Além de ser um interesse da classe, o exame pode salvar muitas vidas e ser um fator de prevenção, pois pode encontrar indícios de ingestão de produtos tóxicos e drogas. Infelizmente a questão da droga assola a sociedade e, com isso, a PM também está envolvida", explicou o coronel. Em relação ao segundo, ressaltou que a dedicação exclusiva proibiria outros serviços pelos policiais militares e preservaria o horário de descanso dos mesmos. Destacou o papel do Promotor Dr. Vilanir em relação aos militares, ausente na Audiência. Destacou a importância da aquisição de equipamentos de diagnóstico por imagem para o complexo de saúde da corporação. Concluindo, o coronel solicitou ao deputado que sensibilize o governador Marconi Perillo para que realize concursos para médicos, psicólogos e dentistas. "Se não tomarmos providências teremos sérios problemas". Ao final, convidou o Deputado Major Araújo para participar das reuniões que a Seção Médica realiza toda sexta-feira.

Em seguida, o Deputado Major Araújo reivindicou do Coronel as informações que a Seção Médica possui com o escopo de realizar uma melhor análise da saúde do militar. Reconheceu o trabalho realizado na área médica e se mostrou preocupado com a situação dos praças que compõem a Seção Médicas, pois os mesmos não tem direito a progressão. Comprometeu a resolver o problema politicamente, indo na Procuradoria Geral do Estado para dar maior agilidade ao projeto de lei que resolveria a questão.

Ao término, passou a palavra ao Deputado Mauro Rubem. O parlamentar parabenizou o trabalho que o deputado Major Araújo (PRB) vem promovendo à frente da Comissão de Segurança da Casa. Mauro Rubem disse que tratar deste assunto é cuidar do interesse de mais de seis milhões de goianos, que dependem do serviço destes trabalhadores para garantir a ordem e a segurança no Estado. "O trabalho do Parlamento nesta questão é de fundamental importância, pois fornece as ferramentas necessárias para que aconteça a reestruturação tanto nesta questão da segurança quanto em qualquer outra demanda que surge conforme a sociedade se modifica", disse Mauro Rubem. Ofereceu apoio irrestrito da Comissão de Direitos Humanos, a qual preside. E, no fim, sugeriu que o relatório da audiência integrasse o

Relatório de Violação de Direitos Humanos, que é realizado pela Anistia Internacional, pois a saúde mental do militar constitui um direito humano.

Logo após, foi dada a palavra a o Subcomandante-Geral dos Bombeiros Militares, Coronel Divino Aparecido de Melo. Primeiramente destacou que o tema é complexo, que o serviço prestado pelo militar é diferenciado, em que há a presença de várias situações de risco que exigem a presença permanente dos militares. Mas não descartou que após essas situações os militares tenham direito ao descanso. Destacou que as mudanças vêm acontecendo e que continuarão a acontecer. Ressaltou o Programa Fênix que combate as drogas, tabagismo e o álcool na corporação. Descreveu que o problema é um ciclo vicioso, pois diminuindo a jornada de trabalho deverá haver uma recomposição do efetivo, que já é defasado. Para a solução do problema destacou a importância de estudos: "Muitos fatores tem que ser pesados, como o impacto nas finanças do Estado, que hoje não tem capacidade para suprir a demanda. Há a necessidade de estudos para que, a partir daí, possamos chegar ao que é o ideal e equacionar esses problemas relacionados tanto ao salário quanto a jornada de trabalho", explicou. No fim, disse que o maior patrimônio dos militares é o próprio militar.

Por fim, o Superintendente Regional do Trabalho, Samuel Alves Silva fez o uso da palavra. Destacou que a jornada excessiva é fator caracterizador do trabalho escravo, assim como, o excesso de jornada é a principal causa de acidente do trabalho. Ressaltou que a atividade militar é a segunda profissão mais estressante do mundo, ficando atrás apenas da mineração. Dessa forma, por conter um alto componente de risco à saúde, a profissão de militar deveria ser mais fiscalizada e regulada. "É preciso ter zelo com os militares. A Constituição impõe aos empregadores a redução dos riscos num ambiente de trabalho e o Ministério do Trabalho está a disposição para tirar qualquer tipo de dúvida sobre o assunto", disse ao final.

Após as falas dos componentes da mesa foi aberta a palavra para questionamentos.

O primeiro a fazer uso foi o Cabo do BM, Ulliestein, que defendeu que a jornada de trabalho fosse estabelecida pelo máximo de carga horária como

ocorre em todas as outras profissões e não pela carga horária mínima. E acrescentou que o trabalho dos militares é de permanente estado de exceção.

Após o Cabo da PM, Marcelo, indagou ao Cel. Elói qual é a lei que regulava a jornada de trabalho dos militares. O Coronel respondeu que a lei que regula é a Lei n 8033/75, ou seja, uma lei que é anterior a CF/88 que prevê uma série de direitos trabalhistas que os militares não têm acesso. Dessa forma, adiantou que há um projeto de lei para reverter tal situação, destacando a importância de um trabalho científico para embasar a mais justa jornada de trabalho.

O assessor jurídico da Polícia Militar interveio e explicou melhor a real situação. Disse que só há a previsão de carga mínima de 40 horas semanais. No entanto, essas horas são distribuídas em inúmeras escalas sem qualquer fundamento. Ou seja, não há legislação sobre as escalas. Quem faz a escala ou qual o fundamento desta vai decorrer mais da relação entre demanda e contingente. Dessa forma, para melhorar a escala é preciso ter um efetivo adequado e uma melhor remuneração.

Em seguida, Cabo Côrrea indagou ao representante do Corpo de Bombeiros se a escala de vinte e quatro horas é justa e se haveria um estudo prévio antes da criação de novas unidades do Corpo de Bombeiros. O Cel. Divino disse que a escala não é a mais justa e adequada e que é realizado sim um estudo prévio antes da criação das unidades, mas que infelizmente, há um fator político na criação de algumas unidades, não seguindo critérios técnicos.

Após, Barcelos perguntou por que há tamanha diferença nas escalas. Sugeriu um estudo para embasar um horário diferenciado para os militares tanto em relação a hora noturna quanto aos requisitos para a aposentadoria. Por fim, apresentou um estudo realizado nos EUA e África do Sul no qual constatou que os militares estão seis vezes mais sujeitos a doenças psicossociais e vitimização (morte, discriminação...). Acrescentou que a Constituição Federal remete aos deveres e esquece os direitos. Assim como, tanto se fala em polícia cidadã, que é necessário um policial cidadão, mas como obter isso, se não é possível greve, a sindicalização.

Depois o Sgt. Juliano sugeriu que mudasse a lei para ao invés de se ler carga mínima, leia-se carga máxima. E ressaltou a discrepância nas escalas.

Em seguida o Cabo Praga lembrou então que o trabalho dos militares é análogo ao regime da escravidão e perguntou ao representante do Ministério do Emprego se o órgão teria competência para fiscalizar essa jornada. O Superintendente Samuel explicou que a competência do órgão é tão só em relação aos trabalhadores regidos pela CLT, mas se mostrou aberto para apresentar o Deputado Major Araújo às autoridades responsáveis para resolver o problema. Ao fim, o superintendente disse que não há justificativa para não limitação da jornada.

O deputado Major Araújo agradeceu a todos os presentes e declarou encerrada a Audiência.